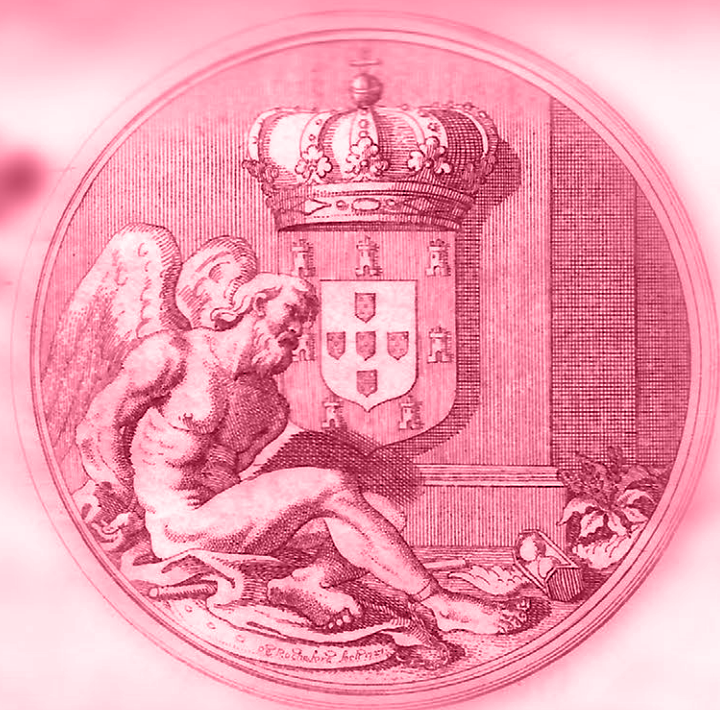


PRESTÍGIO, ILUSTRAÇÃO E PODER

Acerca da medalha comemorativa da fundação
da Academia Real da História Portuguesa



NUMISMA S.A.
LEILÕES
1976-2021

PRESTÍGIO, ILUSTRAÇÃO E PODER

Acerca da medalha comemorativa da fundação
da Academia Real da História Portuguesa

NOTA PRÉVIA: *o presente estudo encontra-se em curso de publicação nos Anais da Academia Portuguesa da História. Julgou-se oportuno esta apresentação prévia, no quadro das comemorações dos 300 anos da Fundação da Academia Real da História Portuguesa no decurso dos anos de 2021, permitindo assim, desde já, a sua divulgação alargada.*

A criação em Portugal e, especialmente, na cidade de Lisboa, de um assinalável número de academias literárias na 2.^a metade do século XVII e no decurso do século XVIII (PALMA-FERREIRA 1982) resultou do crescente interesse das populações urbanas ilustradas, em particular da Nobreza e de membros do Clero, na discussão das mais variadas temáticas tanto de carácter científico como sobretudo humanístico, histórico e literário.

Este genuíno interesse reflectiu-se na criação, em 1720, por D. João V, da Academia Real da História Portuguesa, a primeira e única que foi mantida com a protecção real até à fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1789.

No espírito do monarca estava a formação e consolidação de um escol onde se afirmassem as grandes ideias basilares da História eclesiástica e secular de Portugal, reunindo numa única corporação os especialistas que a pudessem elaborar, tanto a partir dos contributos já conhecidos e publicados, mas que careciam de reformulação e uniformização, como, sobretudo, dos

novos conhecimentos resultantes dos trabalhos de investigação dos Académicos.

A 4 de Novembro de 1720, D. João V encarregou D. Manuel Caetano de Sousa de lhe apresentar o Plano da futura Academia.

Logo a 19 de Novembro de 1720 ocorreu a primeira reunião preparatória sobre o modo de se organizar a Academia, sob a direcção de D. Manuel Caetano de Sousa, com a participação do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes; de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (o pioneiro do estudo das antas do território português) e do Conde de Villarmayor, ou Vilar Maior (mais tarde Marquês de Alegrete), D. Manuel Telles da Silva. Pode, pois, concluir-se que, se o fundador da Academia foi o próprio Rei, por sua vontade e iniciativa pessoais, o seu incansável organizador foi D. Manuel Caetano de Sousa.

A 8 de Dezembro de 1720, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, celebra-se, conforme desejo expresso do Soberano, a 1.^a conferência

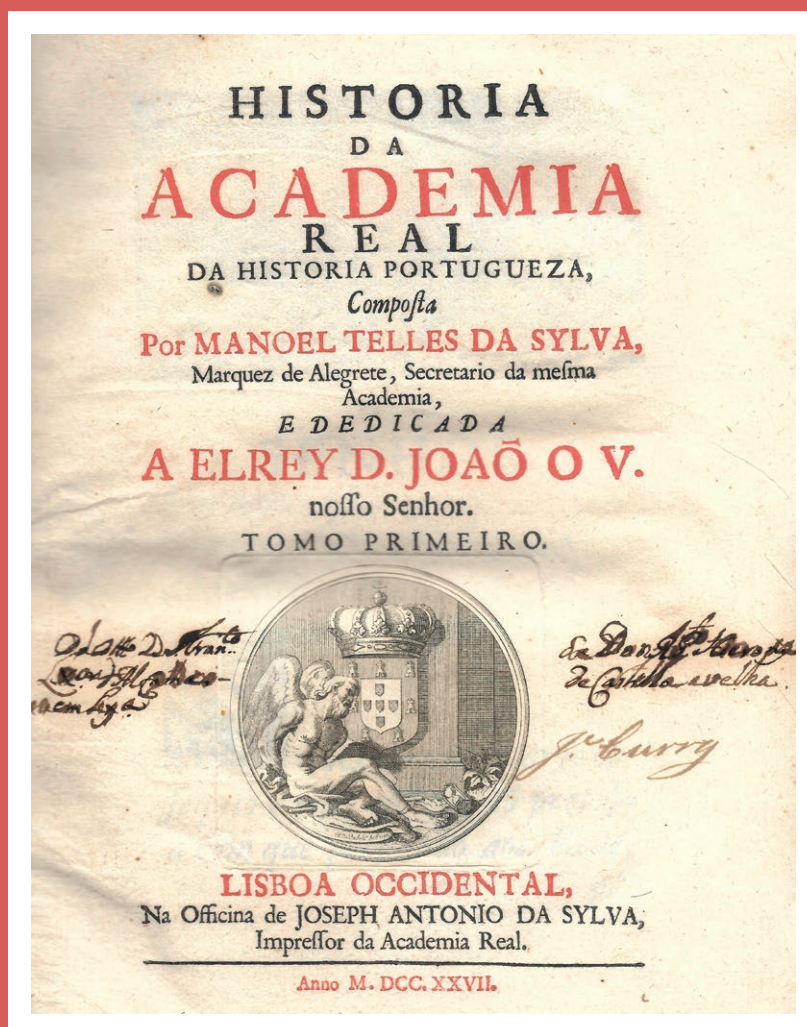


Fig. 1 - Folha de rosto do primeiro e único tomo publicado da História da Academia Real da História Portuguesa, da autoria do Marquês de Alegrete. Original e foto do autor.

da Academia no Paço dos Duques de Bragança, à qual assistiram 34 académicos, (original na Biblioteca Nacional de Portugal, ms. n.º 684, in LAMAS, 1907, nota 1). No começo da sessão leu o Secretário o decreto datado daquele mesmo dia, no qual ordenava o soberano que se estabelecesse uma Academia para escrever “a história eclesiástica destes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia deles e suas conquistas”. Tal data deve ser, pois, considerada como a da fundação da Academia.

De seguida, o Director da Academia, D. Manuel Caetano de Sousa proferiu o discurso de abertura e no mesmo dia foi eleita uma comissão para escrever os Estatutos, constituída pelo próprio, pelo Conde de Vilar Maior, e pelo Conde da Ericeira, D. Francisco

Xavier de Menezes.

Logo a 21 de Dezembro de 1720 os estatutos foram apresentados em sessão académica, tendo os mesmos sido rapidamente aprovados pelo Rei por decreto de 4 de Janeiro de 1721, seguido de outro, de 6 de Janeiro de 1721, dotando-a com o orçamento anual de um conto de reis.

Sem poder entrar agora em pormenores, aliás descritos de forma cuidada pouco tempo depois na obra “História da Academia Real da Historia Portuguesa” da autoria do Secretário da Academia, o Conde de Vilar Maior já então Marquês de Alegrete, D. Manuel Telles da Silva (SILVA, 1727) (**Fig. 1**), em boa hora reproduzida em *fac-simile* em 2010, aquando

dos 290 anos da sua fundação, importa referir que o número de Académicos foi fixado em 50, cuja eleição ficava sempre dependente da confirmação régia, e que todos os 15 dias, aos domingos, pelas 4 horas da tarde, desde o 1.º de Maio até ao final de Setembro haveria sessões gerais, com duas sessões públicas anuais, no dia dos anos do Rei e no da Rainha, realizadas no Paço. No entanto, compulsando as datas das referidas sessões, verifica-se que as mesmas se realizaram, desde o início dos trabalhos da Academia, em período muito mais dilatado de tempo, abarcando grande parte do ano.

Todos os anos, a 9 de Dezembro, haveria eleições para os cargos de Director e de Censores, sendo perpétuo o cargo de Secretário, tendo este sido desempenhado por muitos anos pelo já referido Marquês de Alegrete (LAMAS, 1907, 1916, p. 27).

Para a redacção da História eclesiástica foram encarregues 2 académicos por cada bispado existente no Reino, e para a da História secular 21 académicos.

O monarca acompanhou nos primeiros anos os trabalhos com extremo interesse, devendo-se-lhe a produção do “Alvará de Ley” sobre a protecção do Património Cultural português nas suas diversas vertentes, incluindo a arqueológica (**Fig. 2**), datado de 20 de Agosto de 1721. De facto, esta é a data que consta no Alvará régio impresso autonomamente. No entanto, no primeiro volume da “Collecçam

dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza”, publicado em Lisboa em 1721, verifica-se que foi a 13 de Agosto que El-Rei o remeteu à Academia, tendo o mesmo baixado à Mesa do Desembargo do Paço a 14 de Agosto de 1721. Sendo esta a data da promulgação do decreto, é legítimo admitir ser esta mais importante que a da publicação. Talvez por isso foi a primeira a fixada por Artur Lamas no seu importante estudo de 1907, sendo, no entanto admissível optar-se por qualquer uma das referidas datas, desde que se especifique o respectivo contexto: data da promulgação ou da publicação efectiva do documento.

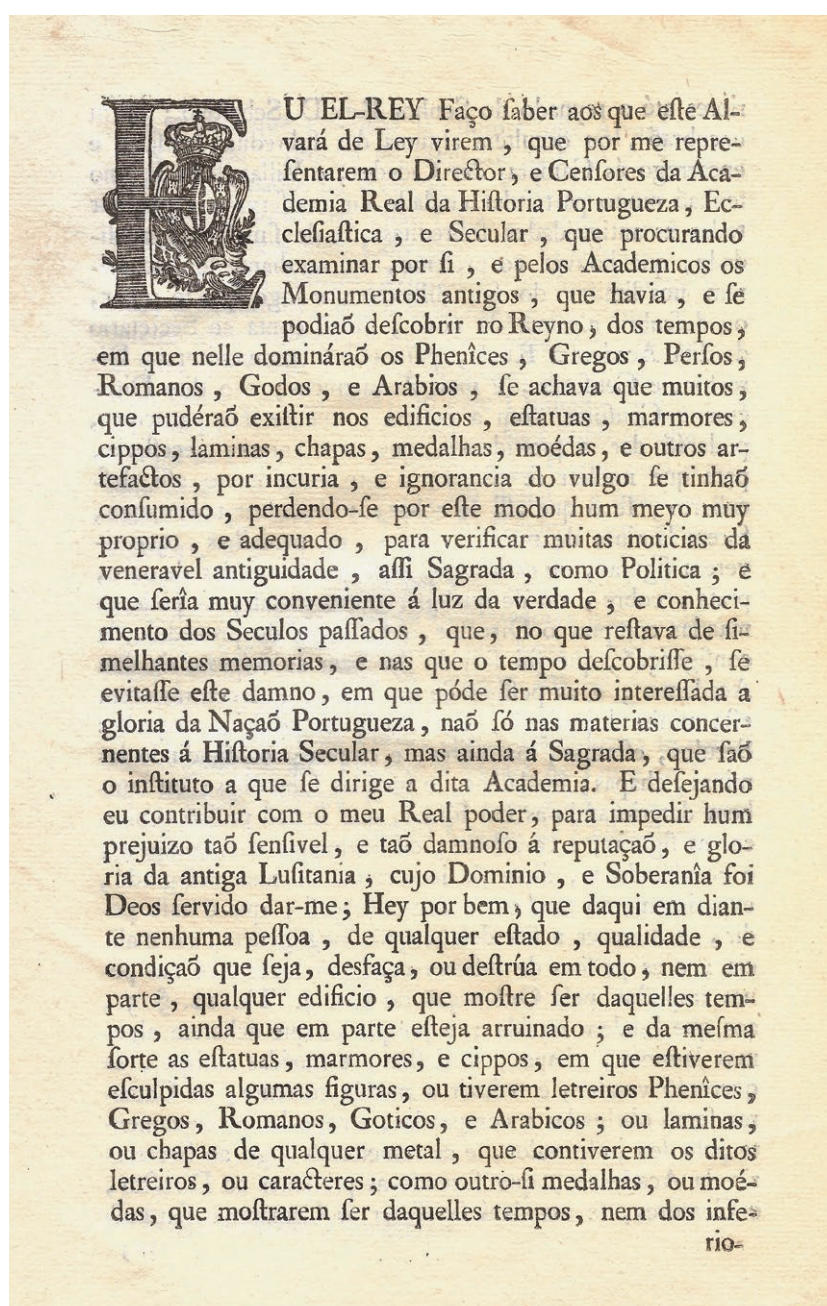


Fig. 2 - Alvará de Lei sobre a protecção do Património Cultural português, dado por D. João V e publicado a 20 de Agosto de 1721. Original e foto do autor.



Fig. 3 - Folha de rosto do volume da *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa* impresso em 1733 contendo a vinheta representada no reverso da medalha comemorativa da fundação da Academia. Foto do autor do exemplar da Biblioteca da APh.

Este diploma afigurou-se um dos primeiros que foi produzido na Europa com o propósito de garantir a protecção dos testemunhos históricos móveis e imóveis, incluindo moedas e medalhas cunhadas até ao reinado de D. Sebastião considerados essenciais quer para a comprovação dos factos históricos que se pretendiam demonstrar. Ao mesmo tempo, o seu estudo conduziria indirectamente à inventariação do bens passo essencial para a sua conservação (CORREIA, 2001; CARDOSO, 2002, p. 21; CARDOSO, 2015; RAMOS, 2005).

No dia 7 de Setembro de 1721, dia dos anos da Rainha, o casal régio assistiu pela primeira vez a uma sessão pública da Academia. Interveio

o Conde da Ericeira, que discorreu sobre a vantagem da existência da Academia para a Monarquia, tendo dado conta do estado dos trabalhos em curso na mesma.

A 22 de Outubro de 1721, no primeiro dia de anos do Rei depois da instalação da Academia, houve recepção no Paço Real, com a presença de toda a Corte. Para os Académicos havia um espaço especial. Depois do beija-mão, o Director, que era o Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, feito o discurso laudatório da praxe, apresentou felicitações ao Rei e deu a palavra a diversos académicos que leram os seus trabalhos. Retomando a palavra no final, o Director da Academia ofereceu ao Rei um exemplar da medalha de ouro cunhada em nome da Academia, explicando ao Soberano o seu significado, da qual se extraiu a seguinte passagem, referente ao reverso da peça: "Da outra parte da Medalha se representa Vossa Magestade em pé revestido da Real purpura, dando a mão ao simulacro, ou figura da Historia, para que se levante, com tão soberano arrimo do abatido estado, em que de muitos tempos a esta parte jazia, dizendo-lhe a inscrição: *Historia Resurges (...)*". Esta representação esteve sempre presente no frontispício de todos os volumes publicados da "Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa" (**Fig. 3**). Continuando a sua intervenção, declarou: "Medalha semelhante publicou o senado Romano em tempo do Emperador Vespasiano, com a diferença porém, que

a figura, a quem o Emperador dava a mão, era a de Roma, tanto inferiores huma e outra, quanto são mais estimáveis o simulacro de Historia, que o symbolo de Roma, a imagem de Vossa Magestade que o retrato de hum Emperador dos Romanos (...)" (Biblioteca Nacional, ms. n.º 685, fl. 119 e seg.)¹ (Fig. 4).

Depois do Rei distribuíram-se outros exemplares, de ouro e de prata, pela Família Real, pelos Académicos e pelos membros da Corte.

Nova distribuição de medalhas se efectuou a 22 de Outubro do ano seguinte pelos académicos presentes (BNP, ms. n.º 686, fl. 306, in LAMAS, 1907).

Na colecção de medalhas comemorativas portuguesas do Antigo Regime que tenho vindo a reunir desde há várias décadas, existe um destes exemplares de prata, adquirido em leilão da casa Numisma (Lisboa) (Fig. 5). Em Portugal, identificaram-se mais alguns exemplares: 3 no Museu da Casa da Moeda; 1 da colecção reunida por José Lamas, munido de um furo possivelmente para servir suspensa, como insígnia académica; 1 em colecção particular, leilado pela Sotheby's em 1985, depois vendido pela referida casa leiloeira e presentemente na Colecção Estrada; e outro exemplar da antiga colecção Marcello Caetano,

vendido pela já mencionada casa leiloeira, totalizando pelo menos 7 exemplares conhecidos de prata. A estes, podem juntar-se outros exemplares, referenciados em diversos catálogos de colecções públicas e particulares, embora alguns possam corresponder a parte dos exemplares acima referidos. Citam-se os exemplares outrora existentes na colecção de Eduardo Luiz Ferreira Carmo, em cujo catálogo realizado por Pedro Augusto Dias consta a p. 161, n.º 5; e o descrito sob o n.º 5 no catálogo da colecção do Museu Municipal do Porto, da autoria de Manuel Joaquim Pereira (in LAMAS, 1907).

No respeitante aos exemplares de ouro, tanto quanto se sabe, conservam-se em Portugal apenas dois exemplares, ambos em colecções públicas. Um deles integrou a exposição "Tesouros Reais", organizada em 1991 no Palácio Nacional da Ajuda, constando do respectivo catálogo (GODINHO, 1992), tendo sido descrito e reproduzido a cores com o n.º 164. Provém do Palácio das Necessidades (colecções reais), e possui o diâmetro de 50 mm e o peso de 104 g, encontrando-se em excelente estado de conservação (Bela, f.d.c.).

O segundo exemplar de ouro conhecido em Portugal conserva-se no Palácio Nacional de Mafra, onde foi

¹ Declara Artur Lamas (LAMAS, 1907, nota 1, p. 9 da separata): "Vid. A descrição da solemnidade, bem como este discurso, no livro dos registos das conferencias da Academia Real da Historia do anno de 1721. Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 119 e sqq. O discurso vem na p. 124 (...). Vid. também a *Colecção dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia*, ordenadas pelo Conde de Villa Maior, tomo I, no capitulo que traz as noticias da Academia Real da Historia de 22 de Outubro de 1721 (...)"



Fig. 4 - Reprodução de um numisma de Vespasiano (9-79) (LAMAS 1907, Fig. 2 e Fig. 3), em cujo reverso se inspirou a iconografia da medalha (com a eliminação da terceira figura constante do numisma original).



Fig. 5 - Exemplar da medalha de prata comemorativa da fundação da Academia. Original e foto do autor.



Fig. 6 - Exemplar da medalha de ouro comemorativa da fundação da Academia. Palácio Nacional de Mafra, foto do autor.

fotografado pelo signatário, por gentileza do seu Director, o Dr. Mário Pereira (**Fig. 6**). Esta peça foi leiloadada em Lisboa, nos finais do século passado, pela já referida casa Numisma, proveniente da colecção do Conde do Restelo, tendo depois integrado a do 2.º visconde de Sanches de Baena; tendo conhecimento do facto, alertei o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa da História, que conseguiu que o mesmo fosse arrematado pelo Estado pelo preço base de licitação (600 contos), recorrendo a verba disponível no orçamento do Palácio

Nacional de Mafra, razão pela qual ali ainda hoje se conserva.

Não há certeza de se terem cunhado exemplares de cobre ou de bronze, informação corroborada por Artur Lamas, autor de um estudo exemplar sobre esta medalha (LAMAS, 1907, p. 10 da separata), a que se tem vindo a recorrer. Tal a razão para se admitir que o único exemplar compulsado (ARAGÃO, 1867, p. 102, n.º1376) e descrito como sendo de cobre ou bronze (AE) corresponda a uma gralha, e ser na

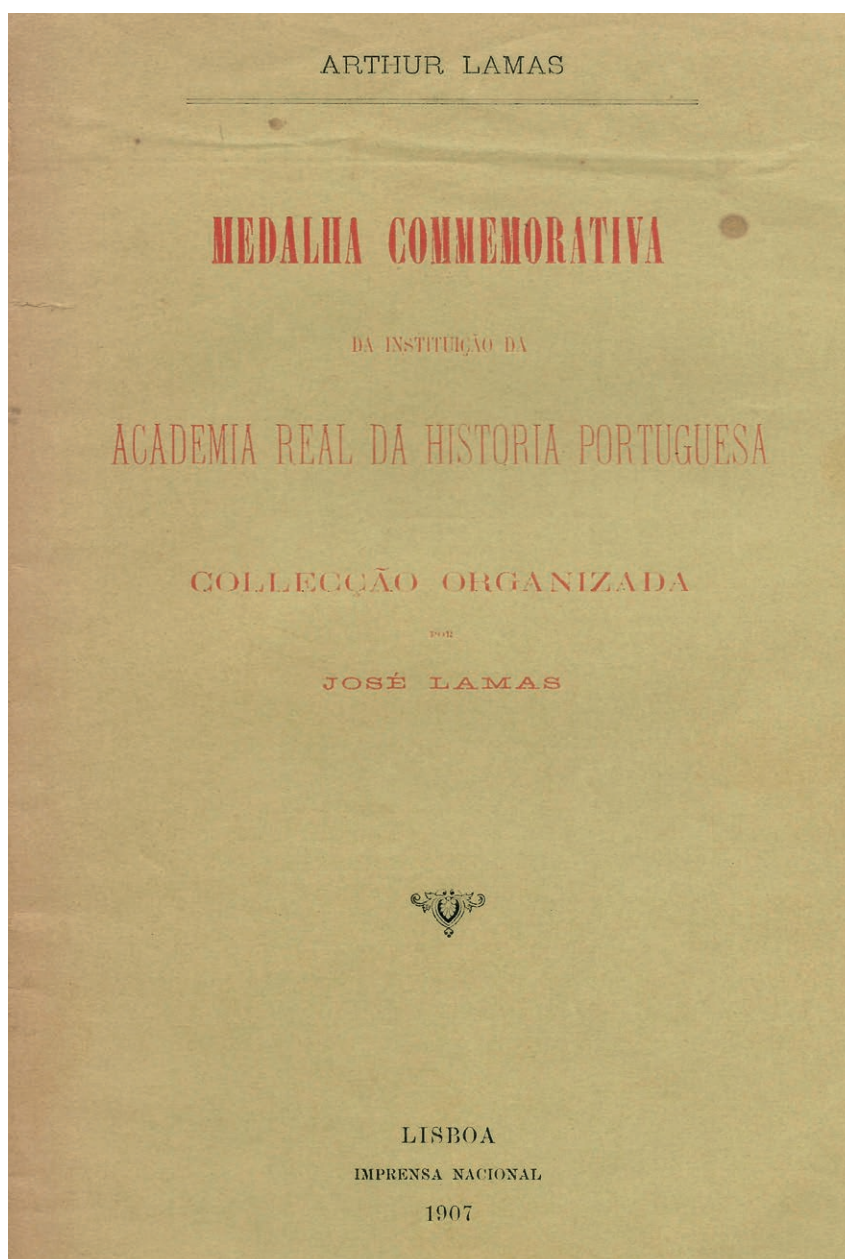


Fig. 7 - Capa da separata do estudo dedicado por Artur Lamas à medalha comemorativa da fundação da Academia, publicado em 1907. Exemplar e foto do autor.

verdade de AV (ouro). Na verdade, correspondendo esta obra à inventariação da colecção numismática do Rei D, Luís, a qual incluía um exemplar de ouro, precisamente o já acima referido, é natural que Aragão se quisesse referir a este mesmo exemplar. Porém, a existência de exemplares de cobre tinha sido anteriormente referida, de forma independente, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes (FERNANDES, 1861, p. 25). Tendo presente que toda a informação compulsada da época em que a medalha foi produzida é omissa a respeito de exemplares de cobre, mencionando apenas cunhagens de ouro e

de prata, é mais do que provável que aqueles jamais tenham sido produzidos.

Todos os exemplares conhecidos de ouro e de prata apresentam a mesma simbologia tanto no anverso como no reverso.

O anverso representa o busto do Rei com grande cabeleira e coroa de louros com armadura ornamentada com uma cabeça de leão junto ao ombro esquerdo, coberta com manto de arminho que uma jóia prende sobre o mesmo ombro, lendo-se no exergo o nome



Fig. 8 - desenho a sanguínea existente na Biblioteca de Évora, da autoria de Vieira Lusitano, correspondente a estudo para o reverso da medalha comemorativa da fundação da Academia (LAMAS, 1907, Fig. 4).

do gravador A. Mengin. Trata-se de Antonio Mengin, gravador francês que trabalhou muitos anos em Portugal, tendo sido nomeado abridor de cunhos para a Casa da Moeda a 26 de Maio de 1721. Deste modo, pode concluir-se que a execução do cunho desta medalha foi um dos seus primeiros trabalhos em Portugal.

Conforme a descrição apresentada por Artur Lamas, o reverso representa o rei de pé do lado direito oferecendo a mão direita à História personificada por mulher à sua frente semi-ajoelhada. Uma ponta do

manto de arminho que cobre a armadura fica suspensa do braço que o Rei tem estendido. Com a mão esquerda segura outra ponta do manto, descaído sobre a cintura em curva muito elegante. O dedo indicador segura o ceptro, vendo-se a ponta da espada, do lado direito em posição oblíqua. A História apresenta-se com vestuário leve, descalça, com o joelho direito em terra e os braços nus. Com a mão direita segura uma pena, em jeito de escrever um papel que está por detrás, no chão e com a esquerda segura a mão que o Rei lhe estende, para que se levante. No arco superior exhibe a legenda *Historia Resurges* (História

Ressurgirás) e no exergo a data de 6 de Dezembro de 1720.²

Como é referido por Artur Lamas, esta medalha achase reproduzida ou descrita logo no volume 1 da Colecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História, e também no volume IV da História Genealógica da Casa Real Portuguesa; e encontra-se apenas descrita no Elogio Fúnebre de D. João V, por Francisco Xavier da Silva, p. 229, na História da Academia, de 1727, p. 372-373, e ainda em Teixeira de Aragão, 1867, p. 102, n.º 1376, entre outros autores, com acima se referiu.

A cunhagem destas medalhas efectuou-se na Casa da Moeda, por aviso do Secretário de Estado, e ordem do Vedor da Fazenda de 3 de Outubro de 1721 sendo de ouro 12 e de prata 120 (Livro 2.º do Regimento Geral da Casa da Moeda, fl. 264 verso, in LAMAS, 1907, p. 11 da separata, nota 2). Com efeito, anda hoje se conservam no Museu da Casa da Moeda diversos cunhos, com pequenas variantes, tendo sido possível associar o exemplar então pertencente à colecção de José Lamas acima referido a um par desses cunhos.

No entanto, não existe a certeza de se terem cunhado todas as medalhas autorizadas de ouro e de prata, pois as mesmas seriam produzidas à medida das necessidades das ofertas do Rei e por sua ordem expressa, conforme se determina no próprio documento que fixou a respectiva cunhagem, determinando que os cunhos se conservassem na

Casa da Moeda “p.ª se puderem lavrar mais medalhas semelhantes quando S. Mag.de assim o ordenar, e conservará também o thezr.º algumas medalhas já feitas p.º o cazo em q. S. Mag.de as queira em breve tempo, e quando estas se gastarem se fabricarão logo outras p.º q. sempre se achem prontas quando Sua Mag. as quizer”.

Manuel Bernardo Lopes Fernandes (1861) descreveu-a também e reproduziu-a. Mais tarde, a mesma

mereceu um estudo detalhado de Artur Lamas em 1907 a que se tem feito referência, publicado em “O Arqueólogo Português” de que se fez separata. **(Fig. 7)**

Adianta este autor que Vieira Lusitano, artista que era muito próximo do Director da Academia, o Marquês de Abrantes, de quem terá partido a iniciativa de executar a medalha em apreço, se inspirou em numisma da época de Vespasiano, tendo presente as semelhanças entre esta um desenho a sanguínea existente na Biblioteca de Évora, no qual o Rei, de pé, estende a mão sobre a cabeça da História que na sua frente se encontra ajoelhada, correspondendo um primeiro ensaio do modelo que depois foi adoptado **(Fig. 8)**. A ideia de adaptação de um numisma romano terá, assim, partido do próprio Marquês de Abrantes, pioneiro dos estudos medalhísticos em Portugal, tendo para tal efeito encarregado um dos artistas portugueses de mais reconhecido mérito da sua época. Esta conclusão é aliás corroborada pelas próprias palavras do Marquês, aquando da cerimónia de apresentação da medalha a El-Rei, acima transcritas.

Artur Lamas, em obra de síntese de 1916 sobre a medalhística portuguesa ou relacionada com Portugal voltou a debruçar-se sobre esta medalha, sublinhando, entre outros pormenores, que a intenção da Academia era a de entregar a medalha ao Monarca na sessão pública no Paço prevista para o dia 7 de Setembro de 1721, data do aniversário da Rainha; mas não houve tempo, dado que a ordem para a cunhagem da medalha data apenas de 3 de Outubro desse ano, pelo que se optou pela realização da cerimónia no dia de anos do Rei, a 22 de Outubro, como acima se referiu.

A distribuição desta medalha em outras ocasiões solenes da vida da Academia encontra-se também registada; na sessão realizada no ano seguinte, por ocasião do aniversário do Rei, procedeu-se igualmente à distribuição de mais exemplares desta medalha

² Na verdade, foi no dia 8 de Dezembro de 1720 que se realizou a primeira sessão inaugural da Academia, sendo este o dia que se fixou para a sua instituição oficial (LAMAS, 1916, p. 27), critério que continua a ser presentemente adoptado na Academia Portuguesa da História. A data de 6 de Dezembro de 1720 corresponde à da realização da segunda conferência preparatória, dando sequência à realizada dois dias antes, em que participaram, pela primeira vez, os Marquês de Abrantes e de Fronteira (LAMAS, 1907, p. 4 da separata).



pelos académicos (cf. Ms. n.º 686, p. 306, in fine, da BNP, in LAMAS, 1907, p. 16 nota 1 da separata).

Em suma, a produção desta medalha, sem dúvida uma magnífica expressão da ostentação e legitimação do poder régio por via do prestígio da Academia, logo no primeiro ano da sua existência, constituiu também uma evidência de que tais atributos – poder e ostentação – deveriam acompanhar a ilustração, conferida pelo conhecimento histórico, no qual se fundamentava a própria razão de ser da Monarquia Portuguesa.

Agradecimentos

Ao Dr. Javier Sáez Salgado, Amigo de várias décadas, pelas indicações que teve a gentileza de disponibilizar sem as quais este contributo ficaria muito mais pobre.

Ao Dr. Mário Pereira, Director do Palácio Nacional de Mafra, pela autorização para a reprodução fotográfica do exemplar de ouro da medalha objecto deste estudo ali conservado.

João Luís Cardoso

Académico de Número (cadeira n.º 9) da Academia Portuguesa da História. Comunicação apresentada na sessão de 8 de Janeiro de 2020, inaugural das comemorações dos 300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa

Referências

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1867) – *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise du travail*. Paris: Paul Dupont.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, J. L. (2015) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 9-42.
- CORREIA, M. B. (2001) – 280 anos da primeira lei do Património Cultural. *Pedra & Cal*. Lisboa. 11, p. 37.
- FERNANDES, M. B. Lopes (1861) – *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- GODINHO, I. Silveira, coord. (1992) – *Tesouros Reais*. Catálogo da exposição. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- LAMAS, A. (1907) – Medalha comemorativa da instituição da Academia Real da História Portuguesa. Colecção organizada por José Lamas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 12, 21 p. (separata).
- LAMAS, A. (1916) – *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*. *Memória histórica e descritiva baseada na colecção iniciada por José Lamas*. Lisboa: Tipografia de Adolpho de Mendonça.
- PALMA-FERREIRA, J. (1982) – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RAMOS, P. O. (2005) – O alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1.º Marquês de Abrantes. In, CARDOSO, J. L. (coord.), *Estudos do Património*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 87-97 (Discursos, 6).
- SILVA, M. Telles da (1727) – *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Tomo Primeiro (e único). Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.

Leilões, Moedas Raras, Livros, Notícias e muito mais...



Av. das Forças Armadas, 4 - 6ºD
1600-082 Lisboa (Entrecampos)
Portugal
+351 217 931 838
+351 217 932 194

CONTACTE-NOS
info@numisma.pt

www.numisma.pt

